



■ Presidente **p.2**
Continuar o trabalho
de mudança



■ PSD **p.8**
“PS não é solidário na defesa dos
interesses nacionais”

POVO LIVRE



nº 1853

26 de Novembro de 2014

Director: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
nº 105690 - Propriedade: PSD

“ESTAMOS A CRIAR MAIS EMPREGO”



O Primeiro-Ministro em visita ao Parque
Empresarial de Sosa, em Vagos

O líder do PSD na Academia do Poder Local

Continuar o trabalho de mudança

O líder social-democrata considera que os políticos em Portugal não são todos iguais, pelo que não se pode hesitar e “andar para trás” à primeira dificuldade. “Nós só alcançamos na vida, com esforço, aquilo que sonhámos e porque nos batemos, se à primeira dificuldade, com medo de perder as eleições, de desagradar seja a quem for, começamos a hesitar, a andar para trás. Então, nesse dia, os portugueses têm razão para pensar que somos todos iguais [os políticos], e desacreditam das suas instituições e desacreditam dos partidos políticos”, afirmou.

Pedro Passos Coelho falava na sessão de encerramento da Academia do Poder Local, promovida pelos Autarcas Social-Democratas (ASD) e pelo Instituto Francisco Sá Carneiro, dia 23 de Novembro. “Hoje, eu acho que vale a pena dizer, que não somos todos iguais. Temos feito muito por essa diferença, e se hoje podemos olhar para o futuro com mais esperança, isso também se deve ao facto de termos tido uma estratégia de a termos prosseguido com determinação, sabendo aonde queríamos chegar”, afirmou. “E estamos a chegar lá, para bem de Portugal, da sociedade portuguesa e dos portugueses”, rematou.

No seu discurso, lembrou que o país tem pela frente um caminho diferente daquele que foi trilhado no passado, dizendo que o Governo que lidera está a construir “não um país com pés de barro, mas um país com fundações sólidas”. “É em cima disso que temos de crescer, não temos nada a ganhar em, como outros fizeram no passado, receosos do comportamento dos eleitores, receosos que as eleições lhe pudessem ser adversas, em ir replicando situações que não são firmes para caminhar para futuro”, afirmou. “Sabemos hoje que somos menos ricos do que pensávamos, mas não perdemos a ambição de ser mais ricos para futuro, o que não queremos é ilusões baratas”, acrescentou. Disse ainda querer “um país em que o rendimento seja maior, mas seja mais bem distribuído por todos”.

De acordo com o presidente do PSD, o tempo é de dizer às pessoas que o seu Governo está a construir “um futuro sólido, mais verdadeiro, em que não existe desorientação”. “Precisamos, portanto, nos próximos anos, de continuar o trabalho de mudança que temos feito”, disse. Reconheceu ainda que o PSD tem sido, nestes anos “o maior pilar de estabilidade e de responsabilidade” no país. “Temos conseguido, dessa maneira, dar força ao Governo, para fazer o que era preciso e conseguimos, com isso, lançar as bases de uma maior prosperidade para todos no futuro. Precisamos agora que o nosso sistema financeiro esteja à altura das responsabilidades”, observou.

Em sua opinião, a economia não funciona sem financiamento e o financiamento “tem de estar dirigido ao mérito” e não “àqueles que têm amigos nos bancos”. Passos Coelho, que falava num distrito do interior, referiu o problema da desertificação humana e a necessidade de ser invertido o declínio demográfico.

Academia do Poder Local irá transformar-se na Universidade de Inverno

O presidente dos Autarcas Social-Democratas (ASD), Álvaro Amaro, afirmou que a Academia do Poder Local, poderá vir a designar-se Universidade de Inverno e ser alargada a futuros autarcas. “Acho que o caminho natural é que possa evoluir de Academia para a Universidade de Inverno, porque vai ser sempre no inverno e o inverno é uma boa estação para este bom regime de internato, perdoem-me a expressão, e de esses bons trabalhos que aqui desenvolvemos”, afirmou Álvaro Amaro na sessão de encerramento da iniciativa dos ASD, que foi presidida pelo presidente do PSD, Pedro Passos Coelho.

O presidente da Câmara Municipal da Guarda referiu que na primeira edição da Academia do Poder Local só participaram autarcas no exercício do poder, nas Assem-





bleias e nas Juntas de Freguesia, nas Assembleias Municipais e nos Municípios. “Se evoluirmos, naturalmente, para essa Universidade do Inverno, porque não, para além dos autarcas, sempre os autarcas, mas [abranger] também homens, mulheres, jovens, que queiram um dia, também, ser autarcas”, acrescentou. Segundo Álvaro Amaro, vale a pena os ASD fortalecerem aquela escola, “porque é de uma escola, no fundo, que se trata, como tem sido escola este nosso Poder Local”.

No seu discurso, o líder dos ASD lançou ainda a ideia de, em 2016, o PSD poder comemorar as primeiras eleições democráticas para as autarquias locais, como sendo “a melhor maneira de homenagear aqueles homens e aquelas mulheres que em 1976 se dispuseram a dar muito de si”.

A Academia do Poder Local contou durante a manhã de Domingo, com a intervenção do ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional, Miguel Poiães Maduro, que fez uma intervenção sobre “Descentralizar e as novas funções do Poder Local”. O governante referiu as medidas do Governo em matéria de descentralização de competências para os municípios e assegurou que o processo está a ser promovido “com ambição e prudência”.

“Ambição no sentido em que queremos que os projectos de descentralização não sejam insignificantes, mas tenham verdadeira massa crítica, ou seja, que exista uma transferência importante de competências nestes domínios. Com prudência, porque o estamos a fazer ao nível de projectos-pilotos, de um conjunto limitado de municípios, em primeiro lugar”, explicou Poiães Maduro.

Manuel Castro Almeida, António Leitão Amaro, Luís Marques Mendes, Carlos Coelho, Jorge Moreira da Silva, Pedro Santana Lopes, Ricardo Rio e Miguel Poiães Maduro informaram, formaram e debateram durante os vários painéis, tais como “Ser autarca: agente de desenvolvimento económico”; “As leis que nos regem”; “O futuro do Poder Local em Portugal”; “Comunicar bem”; “Sustentabilidade do Território”; Políticas Sociais”; “Orçamento, finanças e sector empresarial local” e “Descentralizar e as novas funções do Poder Local”. A Academia do Poder Local destina-se a autarcas eleitos em listas apoiadas pelo PSD (para Assembleias de Freguesia, Assembleias Municipais e Câmaras Municipais).



Inauguração do novo edifício do Centro Social e Paroquial de Avanca

“O país pode olhar para o futuro com outra esperança”



Na história recente de Portugal “só um outro” chefe do governo enfrentou uma situação tão severa, mas defendeu que o país já pode olhar para o futuro com outra esperança. “Fui Primeiro-Ministro durante três anos e meio e talvez não tenha havido mais do que um outro que, desde 1974, tenha enfrentado uma situação tão severa. Significa que se passou por provações muito grandes, mas hoje podemos olhar com outra esperança”, afirmou.

Pedro Passos Coelho salientou que “os resultados económicos já melhoraram e o emprego também, sendo possível em 2015 o alívio de alguma da austeridade, devolvendo parte do rendimento às pessoas, pelo que a perspectiva é bem diferente”.

Temos os que querem tudo de novo, mas temos de saber até onde, e a que ritmo, queremos ir: se mais depressa, podendo dar um passo em falso, ou ir devagarinho e restaurar a esperança. É uma escolha que temos de fazer”, disse.

Quanto à participação do Estado na obra, o Primeiro-Ministro disse que “é uma obrigação do Estado devolver aos cidadãos uma parte dos seus impostos para que funções sociais possam ser desenvolvidas”.

O primeiro-ministro realçou que, apesar dos tempos recentes que obrigaram a uma grande contenção, o governo conseguiu manter o equilíbrio e preservar as funções sociais do Estado.

“Conseguimos, com uma ligação próxima com o sector solidário, garantir que apesar dessas dificuldades o essencial dos recursos estivesse destinado aos que precisam e alargar o apoio às instituições que estão no





terreno, mais próximas das pessoas”, afirmou. Salientou que tem sido alargado o número de instituições que beneficiam da transferência de recursos do Estado, “conseguindo que cada vez mais pessoas possam aceder a respostas sociais”.

Noutro momento da sua intervenção, Passos Coelho disse ser necessário criar condições para um futuro diferente, com uma sociedade menos fechada, empresas que olham mais para o mercado global, financiamento mais criterioso para criar emprego sustentável, “que não seja a fingir em que o Estado tem de ir buscar aos impostos para o sustentar”.

Aflorou ainda o problema demográfico, para o qual defendeu a necessidade de haver uma procura de soluções transversal aos diferentes partidos e à sociedade.

Passos Coelho falava na inauguração da Unidade de Cuidados Continuados e do Lar Residencial do Centro Social e Paroquial de Santa Marinha de Avanca, que comporta duas valências: uma unidade de Cuidados Continuados e um novo lar. A construção representou um investimento de cerca de quatro milhões de euros, um terço dos quais financiados pelo Estado.

“Instituições funcionam com respeito pela separação de poderes”

O Primeiro-Ministro esclarece que a detenção do ex-chefe do Governo José Sócrates cabe à justiça e não à política e sublinhou que em Portugal as instituições funcionam e respeitam a separação de poderes. Para o Primeiro-Ministro, “é muito importante que os portugueses se apercebam que as instituições em Portugal funcionam com respeito pela separação de poderes” e “não cabe ao governo estar a comentar nenhum caso em particular”, seja em “investigações conduzidas que visam apurar o que se terá passado com altos dirigentes de organismos públicos relevantes, seja no que se está a passar agora” (com o antigo primeiro-ministro).

“Não são assuntos de que devamos ter estados de alma e eu não sou comentador, sou Primeiro-Ministro. Como tal compete-me assegurar que todas as instituições funcionam nos termos em que devem e é o que julgo está a acontecer. Aguardaremos com serenidade que a Justiça faça o seu caminho e dê as explicações que entenda serem necessárias para que o país fique a saber o que se passa, devidamente informado”, declarou.



O Primeiro-Ministro em Vagos

“Estamos a criar mais emprego”



É uma falsidade que a redução do desemprego se deva à emigração dos jovens, pois são mais as empresas criadas no país do que as que sucumbiram à crise. O Primeiro-Ministro falava em Vagos, dia 24, durante a visita a várias fábricas estabelecidas no Parque Empresarial de Sosa, onde também reconheceu o esforço imposto aos portugueses nos últimos anos. Um esforço que “permite sonhar mais alto do que até aqui”. O chefe do Governo justificou que o executivo “quer andar com segurança para não deitar tudo a perder” e que para desagrar o IRS é preciso primeiro gerar rendimento e emprego, e quem os cria são as famílias”.

“Hoje há mais confiança. Ainda não temos o emprego a nível desejável, mas a ideia de que o desemprego só baixa porque as pessoas emigram, é falsa”, declarou. Portugal tem sido um país de emigração desde há muitos anos e “hoje não é muito diferente de 2007 ou 2008”, tal como acontece com outros países como a Irlanda. “Estamos a criar mais emprego do que há dois anos e as novas empresas, que criam emprego, são mais do que as que não aguentaram a crise”, prosseguiu.

Passos Coelho referiu-se a uma “fase pós-emergência económica e social”, em que “há outra confiança” e em que é preciso ver regressar o investimento, com mais inovação para ajudar a crescer de forma firme e sustentável”.

Esse crescimento, sustenta o Primeiro-Ministro, tem de passar por investimentos reprodutivos, sem o artificialismo de tempos passados, e assentar em “chão sólido” e atender à necessidade de reduzir o volume da dívida pública, para que não seja considerado arriscado fazer investimentos no país. “Temos de, nos próximos anos, reduzir paulatinamente o ‘stock’ da dívida e esse é o guião de qualquer governo”, afirmou.

Exportar energias renováveis

O Primeiro-Ministro defendeu também que o reforço das interligações de Portugal e Espanha com as redes eléctricas europeias vai permitir aumentar as exportações nacionais de energias renováveis, tornando mais apetecível o investimento nesta área. Portugal tem capacidade para crescer na exportação de energias renováveis “assim que as interligações pelos Pirinéus o permitam”. Actualmente, o nível de interligação é inferior a 2 por cento da capacidade instalada, mas recentemente o Conselho Europeu aprovou o objectivo de aumentar a capacidade de interligação das redes eléctricas para 10 por cento até 2020.

Para Passos Coelho, isto “significa que muitos dos que olham para Portugal e Espanha com interesse para investir nas fontes renováveis, saberão que esses investimentos poderão ter um elevado retorno”.

O Primeiro-Ministro aproveitou ainda a oportunidade para defender uma integração cada vez maior no mercado europeu, realçando a “grande integração económica e financeira” que Portugal e Espanha tiveram ao longo dos últimos anos. “Queremos menos barreiras, uma competição mais leal, que os Estados não desvirtuem essa competição e que os recursos humanos e financeiros estejam orientados para os projectos que têm mais mérito, que apresentam mais retorno”, referiu.

O Primeiro-Ministro visitou o Parque Empresarial de Vagos, começando pelas novas instalações da Grupel, empresa que se dedica ao fabrico de geradores eléctricos e que conta actualmente com 52 colaboradores. A Grupel investiu recentemente na construção de uma nova fábrica com mais de seis mil metros quadrados, localizada na Zona Industrial de Vagos junto à A17, aumentando

a capacidade produtiva para cinco mil grupos anuais e iniciou em 2013 o processo de internacionalização para Angola, com o objectivo de se afirmar como uma das empresas de referência na área dos geradores daquele país. A empresa investiu recentemente na construção de uma nova fábrica, que permitiu aumentar em 400 por cento a capacidade produtiva. Este ano, a empresa deverá atingir uma produção anual de 2.000 geradores.

Seguiu depois para a fábrica de Vagos da Plafesa, uma multinacional do sector siderúrgico dedicada à produção de aço de carbono para a indústria, nomeadamente do sector automóvel, com fábricas em Madrid, Valência e Vagos, e um armazém em Barcelona. Na Plafesa trabalham mais de 70 pessoas. Actualmente, 40 por cento da produção destina-se ao mercado externo, mas a empresa espera aumentar este valor para os 60 por cento, nos próximos três anos.

Passos Coelho terminou a deslocação ao município de Vagos com a visita à Power Blades, empresa produtora de pás para torres eólicas que tem em curso a ampliação de instalações e perspectiva recrutar até Março de 2015, mais de 470 trabalhadores.

Concursos para candidaturas a fundos europeus até final do ano

O Primeiro-Ministro anunciou que até ao final do ano vão ser abertos os concursos para as empresas se candidatarem aos fundos europeus, independentemente da aprovação dos programas operacionais. Passos Coelho que falava em Vagos, na recepção nos Paços do Concelho,

declarou que “no essencial não haverá atraso no aproveitamento dos novos fundos comunitários” porque o governo já está a preparar os concursos e que “Portugal será dos primeiros países” a ver aprovados os programas operacionais. “Temos o acordo com a Comissão Europeia aprovado e estamos na iminência de ter aprovados os programas operacionais, que contávamos estarem em Outubro, o que atrasou com as mudanças na Comissão Europeia, mas, no essencial, não teremos atraso no aproveitamento desses fundos”, disse. Isso porque, explicou o Primeiro-Ministro, os 21 mil milhões de euros em causa serão decisivos para o crescimento da economia e o governo não decidiu esperar e vai avançar com os concursos para as empresas se poderem candidatar.

Passos Coelho advertiu que “a lógica dos fundos perdidos acabou” e que para “evitar erros passados os financiamentos devem ser reembolsados e os projectos terão de ter cabeça, tronco e membros, para ao fim de algum tempo conseguirem libertar os meios para o pagar”.

O objectivo é que todo o investimento a contemplar tenha retorno, sendo que a diferença em relação à banca é que as empresas não vão pagar juros desse dinheiro, que ficará à guarda da instituição financeira de desenvolvimento.

A esta vai caber, conforme explicou, garantir que os recursos vão ser canalizados para os projectos com maior interesse estratégico, sem com isso significar que seja montada uma estrutura pesada de avaliação.

“Essas competências já existem no sistema financeiro. O que vamos é garantir que essa avaliação tem em conta o interesse nacional e não como critério o interesse para a banca”, justificou.

Num discurso apontado aos empresários, o Primeiro-Ministro reafirmou o empenho do Governo em criar um ambiente favorável às empresas e ao investimento, dando como exemplo a reforma do IRC que está a ser cumprida. “Baixámos a taxa de 25 para 23 por cento, o que estamos a cumprir. Em 2015 será reduzida para 21 por cento, havendo a perspectiva de a situar entre os 17 e os 18 por cento até 2018, o que colocará Portugal entre os países fiscalmente mais competitivos”, disse.

Passos Coelho considerou que o investimento estrangeiro, quer em novas fábricas como as que hoje está a visitar, quer na colocação de dívida portuguesa nos mercados a taxas mais reduzidas, são uma prova de que a confiança na economia portuguesa está a regressar. “Ainda há duas semanas conseguimos colocar dívida a 10 anos à melhor taxa jamais paga e 90 por cento foi tomada por estrangeiros e não pela banca portuguesa, o que é um selo de confiança no futuro”, exemplificou.



Marco António Costa na sessão de abertura da Academia do Poder Local

“PS não é solidário na defesa dos interesses nacionais”

O vice-presidente do PSD critica o silêncio do PS sobre a decisão de a REN e a Galp não pagarem a contribuição extraordinária sobre o sector energético em 2014. “O PS gosta de falar mas tem muito medo de confrontar os poderosos em Portugal”, declarou Marco António Costa, acrescentando que o principal partido da oposição “não é solidário na defesa dos interesses nacionais”.

Segundo o coordenador do PSD, “era bom” ouvir “o que o PS tem a dizer sobre isso, porque, afinal, quem tanto se apressa a aplicar taxas de um euro a todos os portugueses que resolvem passar por Lisboa, ou a todos os estrangeiros que resolvem passar por Lisboa, também poderia encontrar tempo para dizer o que é que pensa de duas empresas não quererem pagar 60 milhões de euros de impostos que são devidos ao Estado Português”. “E este silêncio em que se esconde o PS em temas que são cruciais para a justiça social em Portugal, é de facto um silêncio incompreensível, que nós consideramos que não poderá continuar nos próximos tempos”, disse, na abertura dos trabalhos da Academia do Poder Local, promovida pelos Autarcas Social-Democratas (ASD) e pelo Instituto Francisco Sá Carneiro, na Guarda.

Na intervenção de abertura da sessão, Marco António Costa recordou que, quando o Governo, através do ministro do Ambiente e do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, comunicou à REN e à Galp “que não estão acima da lei e que têm que pagar os seus impostos como todos os portugueses”, não ouviu o PS “com a mesma vontade e com a mesma determinação a defender os portugueses e o Estado português no cumprimento da lei”.

Lembrou ainda que foi celebrado um acordo com o PS “em volta do IRC”, que permitiu que em 2014 houvesse uma baixa significativa e no Orçamento de 2015 volte a baixar, mas “aqueles que falam de crescimento e que falam de investimento, foram os primeiros a rasgar o instrumento mais importante para garantir que esse investimento aconteça e que esse crescimento aconteça”.

Em política “não vale tudo”, advertiu, dizendo compreender “o tacticismo político partidário, os silêncios, a fuga ao confronto com a realidade, a fuga à responsabilidade relativamente ao passado recente”, mas “não é possível esse tacticismo levar a determinadas atitudes e justificar tudo”. “O que o PS fez foi rastejar pelas costas o país, rastejar pelas costas o planeamento de investimento que muitas empresas e muitos empresários estavam a procurar fazer e querem fazer em Portugal”, sublinhou. O PS “não pode continuar a colocar em causa o futuro dos portugueses, como fez no passado, com decisões irresponsáveis”, reiterou.



40 anos do PSD na Mealhada



O secretário-geral José Matos Rosa esteve sábado, 22 de Novembro, numa sessão dos 40 anos do PSD, na Mealhada. Uma sessão que contou com a presença do ex-líder do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa.



Anabela Rodrigues tomou posse como ministra da Administração Interna

O Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, deu posse à professora catedrática de direito Anabela Rodrigues como nova ministra da Administração Interna, em substituição de Miguel Macedo. Na mesma cerimónia, realizada no Palácio de Belém, Fernando Manuel de Almeida Alexandre e João Pinho de Almeida foram reconduzidos nos cargos que já ocupavam: secretário de Estado adjunto da ministra da Administração Interna e secretário de Estado da Administração Interna, respectivamente.

Anabela Rodrigues é a primeira mulher a exercer o cargo de ministra da Administração Interna. Antiga directora do Centro de Estudos Judiciários, Anabela Maria Pinto de Miranda Rodrigues, independente, de 60 anos, é professora catedrática da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, que dirigiu entre 2011 e 2013.

O PSD elogiou a escolha da professora catedrática de Direito Anabela Rodrigues para o cargo de ministra da Administração Interna. "Este Governo continua a fazer aquilo que tem de ser feito para resolver os problemas que herdámos do PS. Eu diria até que o que estava ligado à máquina, infelizmente, era Portugal quando o PS abandonou a governação em 2011. Por isso, eu instava o PS a ter uma atitude construtiva", declarou o deputado e vice-presidente do PSD José Matos Correia aos jornalistas, na Assembleia da República.

Em nome dos sociais-democratas, Matos Correia considerou que Anabela Rodrigues "reúne todas as condições" para exercer o cargo de ministra da Administração Interna e assinalou "o facto de se tratar da primeira vez em Portugal que uma mulher é nomeada para uma pasta desta relevância".

Apontando-a como "uma das mais reputadas penalistas portuguesas", concluiu: "Reúne todas as condições para exercer este cargo". Matos Correia acusou os partidos da oposição de, em vez de se "concentrarem na avaliação das qualidades da nomeada" para a Administração Interna, "pedirem aquilo que não lhes compete, mexidas no Governo".

Matos Correia instou "o PS a ter uma atitude construtiva, uma atitude de quem quer participar na resolução dos problemas do país, que, em larga medida, foram criados pelo PS, em vez de insistir nesta espécie de títulos de imprensa em que se vieram a especializar, e que em nada contribui para a elevação que o debate político deve ter entre nós".

A cerimónia de tomada de posse contou com as presenças da Presidente da Assembleia da República, Assunção Esteves, do Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho, e da maioria dos ministros do XIX Governo.



Portugal e China querem aprofundar cooperação na área da Cultura



O secretário de Estado português da Cultura, Jorge Barreto Xavier, considerou que a visita que concluiu à China "abriu portas relevantes" para "aumentar a cooperação cultural" bilateral, considerada aquém do novo dinamismo registado no campo económico. "Espero que as relações culturais se desenvolvam também de forma significativa. A China é uma grande potência mundial e um parceiro privilegiado de Portugal", afirmou Barreto Xavier após quatro dias de contactos em Pequim.

Esta foi a primeira delegação oficial portuguesa recebida em algumas das mais prestigiadas instituições culturais chinesas, nomeadamente o Museu Nacional da China, a Academia de Belas Artes e a União dos Escritores.

Entre as possíveis iniciativas conjuntas, o governante português mencionou o intercâmbio de exposições e de artistas, traduções e ciclos de cinemas.

O secretário de Estado manifestou o empenho do governo português em abrir um Centro Cultural em Pequim em 2016 para "assegurar e desenvolver uma presença cultural permanente" na capital chinesa.

Será "um espaço multiusos", que permitirá várias actividades, designadamente pequenos espectáculos, conferências, sessões de cinema e até venda de livros e outros conteúdos de cultura portuguesa, adiantou.

A China tornou-se nos últimos anos um dos maiores parceiros económicos de Portugal, investindo mais de 4.000 milhões de euros em grandes empresas da área da energia, seguros e saúde.

Mas no domínio cultural, "a cooperação foi pequena e não tem sido uma prioridade de nenhum dos dois

países", reconheceu o secretário de Estado da Cultura.

Barreto Xavier defende que "a aproximação entre os povos fica mais fácil através da cultura" e "sem um modelo de relação cultural é impossível, a longo e médio prazo, sustentar uma relação económica".

Resíduos são fonte renovável de recursos

O ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, Jorge Moreira da Silva, entender ser necessário olhar para os resíduos como uma fonte renovável de recursos, contribuindo desta forma para um maior desenvolvimento económico do país. Durante a inauguração da nova linha de divisão operacional "Intpolymers" da empresa Intercycling, localizada no concelho de Tondela, dia 18, Jorge Moreira da Silva sublinhou que está em curso em Portugal uma verdadeira alteração do paradigma em matéria ambiental. "Começámos na área do ambiente há algumas décadas, tentando solucionar passivos ambientais. Passámos a cumprindo metas ambientais mais ambiciosas e depois colocámos os custos ambientais no preço final de todos os produtos", descreveu.

De acordo com governante, neste momento assiste-se a uma fase em que o ambiente deixou de ser apenas um direito inalienável das presentes e próximas gerações. "Actualmente, é principalmente uma grande oportunidade de desenvolvimento económico e criação de emprego. A protecção do ambiente é principalmente um benefício económico", realçou.

Na sua opinião, vive-se um momento em que quem quiser vencer economicamente tem de ser capaz de produzir o mesmo com menos recursos, apostando na utilização eficiente dos recursos. "Quem quiser vencer e competir, mais do que se concentrar no tema laboral, deve olhar cada vez mais para a utilização eficiente dos recursos. No fundo, deve garantir que incorporamos menos recursos, menos matéria-prima na elaboração dos nossos produtos, pois essa é a nova competitividade que interessa a Portugal", concluiu.

Fisco avançará para cobrança da contribuição sobre Galp e REN

O ministro do Ambiente, Jorge Moreira da Silva, lamenta que a REN e a Galp Energia tenham decidido não pagar a contribuição extraordinária sobre o sector energético e avisou que as autoridades fiscais avançarão para a execução fiscal. Para o ministro, "a lei é para aplicar a toda a gente", seja aos cidadãos que pagam IRS, às empresas que pagam IRC, a estas empresas que tinham uma contribuição extraordinária e também aos cidadãos e aos pensionistas "que tiveram de enfrentar contribuições extraordinárias".

"Estas empresas tomaram a decisão e agora esta é matéria que a área fiscal, a autoridade tributária, desenvolverá", tal como acontece em caso de incumprimento por parte de um cidadão ou de uma empresa, referiu.

O governante considerou que "a lei é muito clara" e que, quando um cidadão ou empresa falha determinado prazo na área fiscal, "existem juros de mora, penalizações, uma execução fiscal".

"Essa é matéria que está prevista na lei e a lei é para ser aplicada a toda a gente. Aos pequenos empresários, aos grandes e aos cidadãos a título individual. Ninguém está isento das suas responsabilidades fiscais", sublinhou.

Jorge Moreira da Silva lamentou a decisão destas empresas especialmente por se tratar de "uma contribuição que tinha por objectivo alargar o esforço de sacrifício, repartir os sacrifícios por mais entidades". "Esta é uma decisão das empresas. O dever do Governo, do Estado, é assegurar o cumprimento da lei", realçou, acrescentando que nenhum português "se pode dar ao luxo de ter estados de alma quando paga o IRS ou o IRC".

O ministro lembrou que "esta contribuição extraordinária de 150 milhões de euros foi concretizada numa altura em que o Governo necessitava de cumprir um determinado objectivo orçamental" e optou por avançar



com ela "para evitar um aumento de impostos aos cidadãos ou uma penalização adicional dos pensionistas".

"Entendemos que tinha chegado a altura de, além de todos os cortes nas rendas excessivas que o Governo já tinha vindo a realizar, e que ainda agora concretiza, também seria importante, em especial num sector em que as empresas beneficiam de um regime próprio (nomeadamente operarem sob concessão), que fossem

alvo deste contributo num momento difícil para todos os portugueses e para o país", explicou.

Neste âmbito, lamentou que "as empresas tenham decidido não cumprir as suas obrigações legais", mas também que, "numa matéria em que se promovia a equidade na repartição de esforços e de encargos, não formular uma decisão solidária com o momento que o país vivia e ainda vive".

José Matos Correia em entrevista

Ganham-se eleições falando verdade às pessoas



O antigo chefe de gabinete do ex-primeiro-ministro Durão Barroso, José Matos Correia, dá como certo que o ex-presidente da Comissão Europeia não quer ser candidato a Presidente da República e considera que Rui Rio tem todas as condições para o ser. Admite que a saída de Miguel Macedo teria sido “dispensável” e considera que o “caso dos vistos gold” mostra que a democracia está a funcionar.

É muito próximo de Durão Barroso. Caso Barroso venha a mostrar disponibilidade para ser candidato presidencial, deveria ser ele a ter o apoio do PSD?

O dr. Durão Barroso já deixou bem claro que não faz parte das intenções dele ser candidato à Presidência da República. E eu, que o conheço bem há muitos anos, dou a palavra dele como definitiva.

Há outras figuras do PSD que já se mostraram mais disponíveis, como Santana Lopes.

Sim. O PSD tem no seu seio um conjunto de militantes que reúnem condições para serem bons candidatos e depois bons Presidentes da República. Só lhe manifestaria a minha surpresa pelo facto de, entre esses nomes aventados, não se falar de uma pessoa que seria um excelente candidato e um excelente Presidente da República, que é o dr. Rui Rio.

Acha que ele estará disponível?

As candidaturas presidenciais são pessoais e não são lançadas por partidos. O primeiro pressuposto de uma

candidatura é a disponibilidade das próprias pessoas. Portanto, não estou a querer que alguém se candidate ou a lançar uma candidatura. Se ele quer ou não ser candidato, é uma decisão que lhe compete a ele.

Isso exclui Rui Rio de uma sucessão a Passos no PSD.

Faria dois comentários: em primeiro lugar, não creio que a sucessão do PSD se coloque; em segundo lugar, a sua pergunta é sobre presidenciais e, do meu ponto de vista, tem-se falado em várias pessoas, mas estranho que não se fale numa cujas qualidades e reconhecimento feito pelos portugueses, manifestado em eleições que ganhou e nas opiniões que genericamente são manifestadas a respeito dele. Normalmente não é referido como candidato presidencial, quando ele é um excelente candidato.

Porquê?

Porque o percurso político do dr. Rui Rio, a seriedade que tem, a competência que tem demonstrado no exercício de várias funções, demonstra bem que ele reúne essas condições.

Vê o PSD a apoiar Rui Rio para Belém?

Eu sou vice-presidente do PSD. Falo por mim. A decisão é colectiva, não é minha.

Da informação que tem, acha que há condições para o partido o apoiar?

Se um militante do PSD, seja o dr. Rui Rio ou outra pessoa, quiserem assumir uma candidatura presidencial, eu julgo que o partido poderá ponderar esse apoio. No caso do dr. Rui Rio, não vejo por que é que isso não pode acontecer.

Ao ver sair uma figura com peso político como Miguel Macedo, o Governo fica mais fragilizado?

A saída do ministro Miguel Macedo seria um facto dispensável. Miguel Macedo era um ministro com grande experiência política, e que revelou, na hora da sua saída, uma grande dignidade, tendo em conta o facto de não estar relacionado com esta investigação em curso, nem se ter entendido que a sua actividade política ficava afectada.

A autoridade política do ministro ficou diminuída?

A questão da autoridade para o exercício de funções é uma questão subjectiva, é uma questão da leitura de acordo com as circunstâncias. O ministro fez essa leitura e temos que a respeitar.

O primeiro-ministro deveria ter feito uma remodelação mais alargada no Governo?

A saída do ministro Miguel Macedo foi determinada por factos concretos, relacionados com investigações judiciais. Não vejo necessidade de qualquer outra substituição no Governo, seja por que razão for.

Acha que é com este Governo que se deve apresentar a eleições em 2015?

A formação do Governo é uma responsabilidade do primeiro-ministro. A mim compete-me confiar, como confio, no primeiro-ministro.

O que é que estes indícios neste “caso dos vistos gold” nos dizem sobre o Estado que temos?

Dizem-nos duas coisas: em primeiro lugar, que temos uma democracia a funcionar e um Estado de direito que é respeitado, que todas as pessoas são investigadas independentemente dos lugares que ocupem. E dizem-nos que, em Portugal, acontece o que acontece nos outros países. Há sempre problemas que afectam pessoas na administração pública ligadas à corrupção ou tráfico de influências. Nós não somos, do meu ponto de vista, um país que tenha um registo pior do que o de outros países com quem nos podemos comparar.

Esta mediatização e divulgação de informação que está em segredo de justiça põe em risco a democracia?

Acho que há duas dimensões na pergunta. A mediatização é sempre necessária e desejável. Coisa diferente é a impunidade com que sistematicamente se viola o segredo de justiça, com que se publica o conteúdo de escutas telefónicas, como se tem acesso ao conteúdo das audições – que deviam estar confinadas ao juiz, aos arguidos e ao Ministério Público – e aparentemente tudo isso é normal. Do meu ponto de vista – e eu sou jurista – isso é um risco para o Estado de direito.

Acha que o programa dos vistos “gold” deve ser redesenhado?

O programa tem sido extremamente útil para o país. Já atraímos muito investimento estrangeiro com ele. Tenho visto muitas críticas sobre os vistos gold, esquecendo, por exemplo, que outros países, que são referenciais do ponto de vista do Estado de direito e das liberdades dos cidadãos, têm vistos gold. É o caso de Inglaterra e de Espanha. Portanto, os vistos gold, em si, não têm nada de mal. Se se vier a apurar que é necessário fazer algum ajustamento jurídico, não vejo por que isso não possa ser feito.

A escolha de uma personalidade com um perfil mais académico para ministra não é um sinal contraditório perante a crítica a este Governo de que falha na gestão política dos dossiers?

Eu não creio que este Governo tenha falhado na gestão política dos dossiers. O que pode ser atribuído a este Governo – eu diria que é quase uma constante nos Governos em que o PSD se integra – é que temos alguma dificuldade na gestão política da comunicação. Não é um problema de substância, é um problema de forma. A mim, o que me preocupa é se alguém, pelo seu percurso cívico, profissional, académico, tem (ou não) condições para ocupar um determinado cargo governativo. No caso da professora Anabela Rodrigues, isso é uma evidência.

Por que é que não tem estado disponível para assumir cargos governativos?

Não é uma questão de estar disponível, acho que cada um define o seu percurso de vida. Tenho estado disponível para exercer funções dirigentes no partido a que pertença, funções de deputado, com responsabilidades em presidência de comissões parlamentares. Acho que é justo que possa dar um contributo às questões públicas sem que isso ponha em causa o meu percurso político e profissional.

Saiu uma figura do Governo que fazia pontes com o CDS. Isso preocupa-o?

A expressão “fazer pontes” pressupõe a ideia do afastamento. Como eu não noto - nem na actividade do Governo, nem na colaboração nos partidos que o apoiam - nenhum afastamento, não vejo a necessidade de estabelecer pontes.

Acha que os dois partidos devem ir coligados nas legislativas?

Eu não vou contribuir para o ruído da comunicação



nessa matéria. Ambos os partidos já declararam, no tempo devido, que a solução normal será uma solução que passe por uma coligação, mas que a decisão final sobre essa matéria seria tomada no tempo próprio. O tempo próprio, como tive ocasião de dizer, será no primeiro trimestre do ano que vem e nessa altura, com toda a tranquilidade, sem estarmos minimamente pressionados, por estas permanentes angústias, serão tomadas decisões nessa matéria.

No caso de o PS não ganhar as eleições com maioria absoluta, acha que o PSD está disponível para uma aliança?

Eu não sou rigorosamente nada de cenários. Uma resposta minha que lhe transmitisse uma ideia de que estamos disponíveis para esta ou para aquela aliança, depois das eleições, transmitiria a ideia errada. A minha convicção é a de que podemos ganhar eleições e vamos trabalhar nesse sentido.

Vê esse cenário de aliança possível, tendo em conta as posições já assumidas pelo PS, como a de rasgar o compromisso sobre o IRC?

Não me vou pronunciar sobre cenários. Não escondo que a forma como o PS tem vindo a ser gerido – não é de agora, com a anterior liderança houve uma recusa sistemática em fazer acordos, tirando o IRC – me causa grandes receios. Nós já conhecíamos uma liderança bicéfala no Bloco de Esquerda, agora temos uma liderança bicéfala no PS, que é o eng.º José Sócrates e o dr. António Costa. Temos assim uma espécie de socratismo por interposta pessoa. E as atitudes que o PS tem vindo a tomar não auguram nada de bom. O PS entendeu optar por uma deriva de esquerdismo e voltou à prática de prometer mundos e fundos. Vi num jornal, no passado fim-de-semana, que as propostas de António Costa já orçavam em 1600 milhões. E agora temos o PS a rasgar o pacto estabelecido com o Governo sobre a reforma do IRC. Isso demonstra que o PS voltou ao pior que sempre teve, o populismo e a demagogia. Esta liderança faz uma coisa difícil, que é dar piores sinais do que a anterior.

Acha que o PSD ganha eleições enaltecendo os números do défice ou do PIB?

Eu acho que se ganham eleições falando verdade às pessoas e esperando que as pessoas reconheçam as dificuldades em que o país foi entregue ao actual Governo em 2011 e tudo o que este Governo e os portugueses fizeram para ultrapassar esta crise.

No caso de o PSD perder as eleições, o partido está preparado para fazer a sucessão de Passos Coelho?

Respondo da mesma forma: a questão da sucessão do

PSD não está em aberto e, do meu ponto de vista, não vai estar, a partir de Outubro do ano que vem.

Nos últimos tempos, os portugueses assistiram à queda de um império financeiro como o GES, à queda do maior banco privado, com suspeitas de irregularidades e agora há estas suspeitas de corrupção. Estamos perante uma crise de regime?

Não creio que estejamos perante uma crise de regime, estamos perante problemas que se verificam em muitos países e que, em larga medida, têm que ver com a própria natureza humana. O que é preciso é que o Estado seja capaz de ir corrigindo as falhas que são detectadas e agir no sentido de prevenir que estas coisas aconteçam. Reconheço que os mecanismos de supervisão bancária têm estado longe do desejável em muitas circunstâncias. Lembremo-nos do BPN, BPP...

Relativamente ao Tribunal Constitucional, defendeu que tem tido uma posição “imobilista” na interpretação da lei. Isto é um problema destes juízes em funções ou é preciso alterar a Constituição?

O PSD entende que há aspectos da Constituição que devem ser alterados. Agora, as questões que se têm colocado relativamente à jurisprudência do Tribunal Constitucional são relacionadas com a interpretação de princípios e com a necessidade de os articular com outros interesses constitucionalmente tutelados. Não creio que esse problema se resolva pela revisão constitucional. O Tribunal Constitucional tem tido uma jurisprudência conservadora, no sentido negativo da expressão.

Vê o Tribunal como uma força de bloqueio?

Não gosto de utilizar essa expressão “força de bloqueio”, até porque no registo da história da política portuguesa é negativa. Agora, que o Tribunal Constitucional não tem tido a postura, do ponto de vista da aplicação do direito, que era mais do que exigível, era justificável e necessária face às circunstâncias do país, disso estou convencido.

Defendeu também que os juízes deviam ter outras fontes de legitimação. Quais?

Esta ideia do Parlamento eleger dez juízes, ainda que por dois terços dos deputados, e dos dez cooptarem três, afunila a escolha dos juízes. A legitimidade do Tribunal Constitucional seria maior se, do ponto de vista político, as fontes de designação fossem variadas. Não vejo nenhum inconveniente que o Presidente da República pudesse nomear alguns juízes.

Actuação do Banco de Portugal permitiu preservar a estabilidade financeira

“O modelo de intervenção do Banco de Portugal na gestão do Banco Espírito Santo (BES) permitiu preservar a estabilidade financeira, assegurando a continuidade da prestação dos serviços financeiros essenciais para a economia, salvaguardando os interesses dos contribuintes e do erário público e protegendo todos os depositantes”, afirmou a ministra de Estado e das Finanças, Maria Luís Albuquerque, na comissão de inquérito à gestão do BES e do grupo Espírito Santo, na Assembleia da República, dia 19.

Cumprindo a lei, “a responsabilidade pela determinação de uma medida de resolução cabe ao Banco de Portugal, enquanto autoridade de resolução nacional”, a ministra referiu que “a decisão da medida de resolução a aplicar ao BES foi, assim, tomada pelo Banco de Portugal, no estrito respeito pelos poderes e independência que a lei lhe confere”, sendo mais tarde comunicada à ministra de Estado e das Finanças.

De acordo com Maria Luís Albuquerque, “a intervenção do Governo na medida de resolução incidiu sobre a aprovação do empréstimo do Tesouro ao Fundo de Resolução, no montante de 3900 milhões de euros, e sobre a notificação dos auxílios de Estado à Direcção-Geral da Concorrência da Comissão Europeia”, pelo que “o Banco de Portugal foi mantendo o Governo informado dos principais acontecimentos durante o processo de resolução”.

Lembrando que, ao longo dos últimos meses antes da aplicação da medida de resolução, foi sucessivamente reiterado pelo Banco de Portugal e pelo Conselho de Administração do Banco Espírito Santo que, na eventualidade de vir a materializar-se uma necessidade de reforço de capital, havia um conjunto de investidores privados que teriam manifestado interesse em participar em tal operação”.

A ministra declarou que nunca foi apresentado ao Governo qualquer plano de recapitalização pública. “Nunca foi apresentado ao Governo qualquer pedido de recapitalização pública pelo BES”, seja por accionistas ou pelo Banco de Portugal (BdP).

E concluiu, referindo as principais diferenças entre os



dois regimes. Em primeiro lugar, enquanto numa medida de resolução se dá a criação de um banco de transição para o qual são transferidos apenas os activos e passivos bons da instituição intervencionada. (No banco mau ficam todos os activos e passivos de risco considerado demasiado elevado ou directamente relacionados com accionistas relevantes), numa medida de recapitalização pública o Estado partilha todos os riscos sobre todo o activo e passivo da instituição financeira.

Em segundo lugar, enquanto numa medida de resolução, cabe ao Fundo de Resolução disponibilizar os meios necessários ao reforço de capital do banco de transição, numa medida de recapitalização pública o montante

a utilizar é necessariamente da responsabilidade dos contribuintes, sendo apenas sobre a instituição beneficiária que recai a responsabilidade de reembolsar e remunerar o Estado.

Em terceiro lugar, enquanto numa medida de resolução o auxílio é aprovado previamente pela Direcção-Geral da Concorrência da Comissão Europeia, sem necessidade da apresentação de um plano de reestruturação, numa medida de recapitalização pública o plano de reestruturação deve ser apresentado e aprovado pela Direcção Geral de Concorrência da Comissão Europeia, antes da injeção de fundos públicos.

Governo condena “veementemente” ataque terrorista em Jerusalém

O ministro dos Negócios Estrangeiros, Rui Machete, condenou, em nome do Governo português, o ataque terrorista ocorrido em Jerusalém Ocidental e apelou a todas as partes para se absterem de qualquer acção “de incitamento ou retaliação”. “O Governo Português condena veementemente o violento ataque terrorista hoje ocorrido na sinagoga de Har Nof, em Jerusalém Ocidental”, lamenta “profundamente a perda de vidas humanas” e “expressa as suas mais sinceras condolências às famílias das vítimas e a sua solidariedade para com os feridos”, declarou o ministro, em comunicado enviado à Lusa.

No texto, o chefe da diplomacia portuguesa deixa igualmente um apelo “à contenção de todas as partes”, instando a que estas “se abstenham de qualquer acção, incluindo de incitamento ou de retaliação, que possa contribuir para a deterioração da situação”.

Rui Machete frisa ainda que o executivo lamenta “qualquer expressão de apoio a este tipo de ataques, que em nada contribuem para uma solução assente em dois Estados [Israel e Palestina] vivendo lado a lado em paz e segurança”.



Novo programa europeu de Inovação vai financiar projectos conjuntos

O novo programa europeu de Investigação e Inovação vai permitir aos investigadores portugueses juntar-se a grandes universidades europeias para concorrerem juntos a financiamentos europeus, anunciou o comissário europeu da Investigação, Ciência e Inovação, Carlos Moedas, que participava no 24.º congresso da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento das Comunicações (APDC), em Lisboa, dia 20. O comissário, que participava no lançamento de uma nova campanha publicitária da União Europeia (UE), apontou as vantagens do investimento europeu nesta área quando questionado sobre a redução do investimento em ciência em Portugal, sublinhando que os financiamentos europeus apoiam actualmente 35 projectos portugueses e, no anterior programa, ascenderam a mais de 100 milhões de euros.

O novo programa, designado Horizonte 2020, contempla uma nova medida que “faz a passagem entre os países que têm mais dificuldades com os países que estão na linha de excelência”, permitindo a investigadores dos primeiros “unir-se a grandes universidades” para “concorrerem juntos a projectos”, explicou Moedas. “É o que chamo a escada para a excelência. A ciência tem de ser baseada na excelência, mas temos de ajudar países que ainda estão no caminho para a excelência a lá chegar”, disse.



inovação, ciência e investigação porque isso irá trazer “melhores condições, melhores empregos e crescimento”. “A Europa está, sem dúvida, lentamente a sair de uma das maiores crises económicas da história recente, e precisamos também de alguma sorte, mas precisamos acima de tudo de inovação, investir em projectos na área do conhecimento e da ciência, precisamos de melhor ambiente para o investimento, é a única forma de manter o Estado Social”, frisou Carlos Moedas.

“Manter o nosso Estado Social depende da nossa capacidade de investir em inovação, ciência e investigação porque isso nos trará melhores condições, melhores empregos e crescimento e, dessa maneira, podemos abater dívida, essa dívida que arrasta os países na Europa e criar oportunidades de competir com o resto do mundo”, acrescentou o comissário europeu. “Cabe ao poder político criar as condições favoráveis para a investigação, ciência e inovação. Se o poder político não o fizer” não haverá inovação, ciência, nem investigação, considerou, acrescentando que “cabe ao poder público financiar as áreas de investigação onde há falhas de mercado, mas há um limite para o papel da Comissão Europeia e dos governos”.

Carlos Moedas sublinhou que “os verdadeiros protagonistas” são “os empreendedores que apostam na investigação e desenvolvimento” e os “trabalhadores, que no dia-a-dia introduzem melhorias nos processos”, já que a inovação não é só tecnologia.



Reforçar a eliminação de barreiras ao investimento privado

O comissário europeu para a Investigação aconselhou também Portugal a reforçar a eliminação de barreiras ao investimento das empresas, destacando o papel dos privados para atingir a meta dos 3 por cento do PIB no sector. Carlos Moedas falava aos jornalistas no Palácio de Belém, após uma audiência de cerca de meia hora com o Presidente da República, Cavaco Silva, no âmbito da sua primeira deslocação a Portugal desde que assumiu a pasta.

Carlos Moedas advertiu que Portugal “está muito longe da meta” dos 3% por cento de investimento em investigação e ciência e considerou determinante o papel dos privados para que seja atingido aquele objectivo. “O grande problema da Europa do investimento em ciência não está na parte pública, está mais no investimento privado. Temos de criar esses incentivos para o privado e essa é a minha missão”, referiu.

O comissário apontou como prioridades para a investigação na Europa a energia, as mudanças climáticas, doenças crónicas e doenças raras, áreas em que existe “uma falha de mercado” apesar de constituírem “os desafios do futuro”.

O ex-secretário de Estado referiu que o seu papel hoje como comissário europeu é “tornar os processos mais simples” e menos burocráticos para que surjam novas entidades privadas e empresas a concorrer aos programas apoiados pelos fundos comunitários disponíveis.

Carlos Moedas destacou ainda o “simbolismo” da audiência com o Presidente da República na sua primeira deslocação a Portugal na qualidade de comissário europeu, considerando que Cavaco Silva “tem, em todos os seus mandatos, dado uma importância àquilo que é a inovação, a ciência e a tecnologia”.

O novo programa prevê, por outro lado, uma “simplificação dos processos para que as pessoas tenham menos dificuldade com a parte burocrática e para que novos actores consigam entrar”, prosseguiu.

Salientando que Portugal tem investigadores “entre os melhores do mundo”, Carlos Moedas desvalorizou a chamada “fuga de cérebros” que se acentuou nos últimos anos, afirmando tratar-se de um fenómeno internacional e sublinhando que essa mobilidade é muito importante na carreira de um investigador. “O Horizonte 2020 atrai cérebros para a Europa e eu estou aqui como comissário europeu, portanto o meu ponto é que os cérebros europeus estejam na Europa. Temos de pensar em termos de Europa”, disse.

Carlos Moedas, pela primeira vez em Lisboa desde que foi investido comissário europeu, participou no lançamento em Lisboa de uma nova campanha publicitária da UE que visa, numa altura em que muitos cidadãos

“estão cépticos”, mostrar que a União “é feita de pessoas reais que trabalham para melhorar a vida de todos”, explicou a chefe da representação da Comissão Europeia em Portugal, Maria d’Aires Soares.

A campanha “União Europeia: Trabalhamos para si” é lançada a 28 de Novembro em seis países piloto – Alemanha, Espanha, Finlândia, Letónia, Polónia e Portugal – com a divulgação de anúncios nas televisões e na imprensa, durante duas semanas.

Manutenção do Estado Social depende da capacidade de investir em inovação

Carlos Moedas afirmou também que a manutenção do Estado Social depende da capacidade de investir em

Mendes Bota recebe prémio de Direitos Humanos



O deputado do PSD Mendes Bota recebeu, dia 18, um prémio em Bruxelas pelo trabalho desenvolvido no combate ao tráfico humano e à ligação à prostituição forçada. José Mendes Bota recebeu o prémio Scandinavian Human Dignity Award 2014, do Scandinavian Human Rights Lawyers, numa sessão que decorreu no Parlamento Europeu, a que se seguiu um seminário em que deu conta do trabalho que tem vindo a desenvolver sobre a ligação entre a prostituição e o tráfico de seres humanos e em que falou do modelo nórdico, que criminaliza o cliente da prostituição.

“Sendo certo que a maioria das pessoas estão forçadas na prostituição, uma maneira de combater o tráfico é reduzir a procura porque se houver menos clientes reduz-se o tráfico. A conclusão a que cheguei é que o sueco é o mais eficaz no combate ao tráfico de seres humanos”, declarou à Lusa o parlamentar social-democrata.

O deputado referia-se ao relatório do Conselho da Europa “Prostituição, tráfico e escravidão moderna na Europa”, de que foi relator, tendo visitado Suécia, Alemanha, Suíça e Holanda, e em que percebeu que as pessoas que se prostituem “por opção são uma minoria”.

Mendes Bota fala em “escravatura” no mundo da prostituição, em que são exploradas mulheres em países desconhecidos, que não falam a língua e não sabem como se podem defender.

Para combater este problema, considera que o modelo sueco, que criminaliza a procura ao mesmo tempo que cria estratégias de integração do prostituto na sociedade, é o mais eficaz. “Os países que legalizaram a prostituição falharam os objectivos todos. O crime organizado domina”, afirmou, acrescentando que criminalizar as prostitutas ou os prostitutos também não é solução.

Esse modelo sueco, explicou Mendes Bota, está também em vigor na Irlanda do Norte, Islândia, Coreia do Sul, Canadá e Noruega, sendo que neste país - que o aplica desde 2009 - foi conhecido um relatório recentemente que faz um balanço “muito positivo”.

Em França, legislação semelhante foi aprovada na Assembleia Nacional (câmara baixa) e está agora no Senado.

Sobre a possibilidade de um projecto de criminalização da procura da prostituição avançar no Parlamento português, em que é deputado, Mendes Bota disse que não sente “suporte político” para isso para já e que, neste momento, o objectivo passa por combater a violência contra as mulheres, nomeadamente através da passagem para a legislação portuguesa da Convenção de Istambul.

Esta convenção, em que Mendes Bota esteve envolvido, é o primeiro instrumento internacional juridicamente vinculativo que cobre todas as formas de violência contra as mulheres, tendo sido até agora ratificado por 15 países. É nesse âmbito que Portugal está a criminalizar o assédio sexual ou os casamentos forçados, por exemplo.

No início deste ano, o Parlamento Europeu (PE) aprovou uma recomendação para que seja criminalizada a compra de serviços sexuais de prostitutas com idade inferior a 21 anos e considerou que “a forma mais eficaz para combater o tráfico de mulheres e raparigas menores para exploração sexual e promover a igualdade dos géneros é o modelo aplicado na Suécia, Islândia e Noruega (o chamado modelo nórdico)”.

O prémio consistiu numa obra escultórica original significativa da escravatura dos tempos modernos e num diploma e foi entregue pela presidente da Scandinavian Human Rights Lawyers, Ruth Nordstrom. A Scandinavian Human Rights Lawyers é uma Organização Não-Governamental dedicada à promoção e à protecção dos Direitos Humanos e da dignidade humana na Escandinávia e na Europa, implementando uma estratégia efectiva de promoção, trabalho em rede e educação em assuntos legais.

Conselho de Ministros de 20 de Novembro de 2014



1. O Conselho de Ministros aprovou o enquadramento nacional dos sistemas de incentivos às empresas, que define as condições e as regras a observar na criação de sistemas de incentivos aplicáveis no território do continente.

Este diploma visa estabelecer regras comuns de aplicação (evitando a sobreposição de regimes), bem como criar princípios comuns, nomeadamente na focalização dos sistemas de incentivos ao investimento na promoção da inovação nas empresas e na dinamização de um perfil de especialização assente em actividades com potencial de crescimento.

Pretende-se ainda garantir, aquando da criação de regimes de incentivos, que a legislação nacional esteja em conformidade com as regras europeias da concorrência, sendo criada uma comissão técnica que tem por finalidade emitir parecer técnico sobre a referida compatibilidade.

2. O Conselho de Ministros reviu o regime contratual de investimento (RCI), um regime especial de contratação de apoios e incentivos exclusivamente aplicável a grandes projectos de investimento enquadráveis no âmbito das atribuições da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E.P.E..

O RCI permite conceder a estes projectos um tratamento especial, de negociação e contratualização de um conjunto de incentivos especificamente adequados, qualitativa e quantitativamente, ao respectivo mérito.

A natureza, os montantes e as condições dos incentivos atribuídos - incentivos financeiros, benefícios fiscais e contrapartidas específicas para atenuar custos de contexto -, são determinados em função dos impactos económicos do projecto, bem como do cumprimento pelo promotor de obrigações e metas económicas contratualmente fixadas, através de um processo conduzido pela AICEP, E.P.E., na qualidade de interlocutor único, mandatada para o efeito pelo Governo.

3. O Conselho de Ministros aprovou um diploma que transpõe uma directiva da União Europeia relativa à interoperabilidade do sistema ferroviário na Comunidade, no que respeita à poluição sonora.

A interoperabilidade do sistema ferroviário traduz-se na harmonização entre as características das infra-estruturas e dos veículos ferroviários e a interligação eficaz dos sistemas de informação e de comunicação dos diversos gestores de infra-estrutura e empresas ferroviárias, no sentido de contribuir para o bom nível de desempenho, segurança e qualidade dos serviços da rede ferroviária.

4. O Conselho de Ministros aprovou a Convenção Internacional sobre a Responsabilidade Civil pelos Prejuízos por Poluição causada por Combustível de Bancas, o que permite integrar na legislação portuguesa um regime jurídico que estabeleça as condições de atribuição de uma indemnização justa pelos danos causados pela poluição resultante de fugas ou descargas de bancas provenientes de navios.

A adesão a esta Convenção, além de permitir que os armadores nacionais possam obter em território português os certificados que atestam a subscrição do seguro ou garantia previstos na Convenção, cria as condições para que o Estado Português e os cidadãos nacionais possam beneficiar do regime de ressarcimento aí estabelecido para os danos decorrentes da poluição que resulte de fugas ou descargas de bancas provenientes de navios.

5. O Conselho de Ministros aprovou o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Moçambique no Domínio das Pescas, assinado em Maputo, por ocasião da II Cimeira Moçambique-Portugal.

Este Acordo visa promover a cooperação científica, técnica e económica no domínio das pescas entre Portugal e Moçambique, através da criação de um quadro de desenvolvimento de acções no domínio da pesca e da aquacultura.

O Acordo constitui assim uma mais-valia para o desenvolvimento económico e social e para a segurança alimentar e nutricional de Portugal e Moçambique, enquanto visa facilitar e desenvolver as relações bilaterais de cooperação entre as Partes.

6. O Conselho de Ministros autorizou o Instituto de Segurança Social, I.P., a realizar a despesa relativa à aquisição de serviços postais aos CTT - Correios de Portugal, S.A., para o ano de 2015, até ao valor máximo de cerca de 13,39 milhões de euros.

Esta despesa destina-se, nomeadamente, à emissão de vales postais como forma de pagamento de pensões e prestações sociais, sejam as pensões do regime geral, as pensões no âmbito das doenças profissionais ou as prestações relativas ao rendimento social de inserção.

Luís Montenegro acusa PS de “arrogância”



O líder parlamentar do PSD lamentou a ruptura do PS face ao acordo com a maioria PSD/CDS-PP sobre a reforma do IRC, acusando os socialistas de “arrogância” e eleitoralismo, sem qualquer contributo para a resolução dos problemas do país. “Queríamos expressar o nosso profundo lamento pela circunstância de o PS ter feito uma ruptura relativamente ao acordo que estabelecemos há um ano atrás em matéria de IRC”, disse Luís Montenegro, após reunião do grupo parlamentar social-democrata, no Parlamento.

O PS anunciou na sexta-feira ir propor a manutenção do IRC nos 23 por cento, no âmbito da discussão da proposta de Orçamento do Estado para 2015, alegando que a maioria PSD/CDS não cumpriu as condições do acordo celebrado há um ano.

Montenegro critica os socialistas por estarem “muito interessados apenas nas eleições, em demonstrar afastamento relativamente à política da maioria e do Governo”. “Revela arrogância porque o PS só está disponível mesmo para governar, não está disponível para contribuir para resolver os assuntos do país, e revela fraqueza porque só uma liderança e um partido frágeis têm receio das consequências eleitorais de compromissos estabelecidos com a maioria e o Governo”, continuou, acrescentando que a “imagem que o PS dá é a de que não está interessado em resolver os problemas concretos das pessoas, das empresas” e afecta ainda “a visão que, dos exterior, os investidores têm do país”.

XXI Cimeira dos Grupos Parlamentares do PPE

O presidente do grupo parlamentar do PSD, Luís Montenegro, e o vice-presidente da bancada, António Rodrigues, participaram na XXI Cimeira dos Grupos Parlamentares do PPE. A reunião juntou os representantes dos vários grupos parlamentares dos partidos nacionais filiados no Partido Popular Europeu. Luís Montenegro interveio no painel sobre o “Crescimento, Competitividade e Emprego” a par do vice-presidente da Comissão Europeia para o Emprego, o Crescimento, o Investimento e a Competitividade Jyrki Katainen, entre outros, onde teve a oportunidade de se referir ao sucesso da retoma da economia portuguesa nos últimos três anos de vigência do programa de ajustamento macroeconómico. Afirmou que “a recuperação económica de Portugal está a consolidar-se, registou-se uma consolidação orçamental significativa, os riscos para a estabilidade financeira foram cuidadosamente geridos e a capacidade do sistema bancário para alargar a concessão de crédito a empresas viáveis foi salvaguardada, tendo sido executadas reformas estruturais importantes”. Referiu ainda, que subsistem, contudo, desafios significativos e que Portugal terá de prosseguir a consolidação orçamental, a fim de colocar as finanças públicas numa trajectória sustentável e fazer face ao desemprego, nomeadamente entre os trabalhadores mais jovens e os mais idosos.



Deputados do PSD no distrito de Bragança

Maior interacção entre instituições públicas e privadas para promover a produção de frutos secos

Maior interacção entre instituições públicas e privadas para promover a produção de frutos secos

Os deputados do PSD em visita à região de Trás-os-Montes, distrito de Bragança, defendem maior interacção e parcerias entre instituições públicas e privadas para manter o fortalecimento das fileiras da castanha e da amêndoa. Os deputados do PSD constataram o forte crescimento da produção de castanha acompanhado por uma indústria e comercialização reforçada, conseguindo valorizar o produto para exportação.

A economia da região, muito depende da fileira dos frutos secos, enfrenta grandes desafios relacionados com o acréscimo de pragas e doenças que poderão comprometer toda a fileira da castanha, caso a investigação não se torne mais aplicada.

Os deputados do PSD apesar de terem testemunhado projectos de investigação inovadores que visam combater e inverter o eventual declínio da cultura da castanha, entendem que há ainda necessidade de novas medidas nesta área para manter o ritmo de crescimento desta cultura.

O vice-presidente do grupo parlamentar, Pedro do Ó Ramos, “defende o incremento de parcerias entre Estado, instituições de ensino superior e empresas para enfrentar a crescente incidência de patologias vegetais. Por outro lado, é fundamental criar mais instrumentos para incentivar as organizações de produtores para fortalecer a dinâmica empresarial, associada a estas fileiras, cruciais na economia local, regional e nacional.”

Inserido no “Roteiro Agrícola do PSD”, esta deslocação ao distrito de Bragança contou com participação dos deputados Pedro do Ó Ramos, Nuno Serra, Pedro Lynce, Maurício Marques, Luís Pedro Pimentel, Maria José Moreno e Adão Silva, que estiveram na Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Bragança, nas empresas Sortegel (Bragança), num produtor de castanha em Macedo de Cavaleiros e na Amendouro (Alfândega da Fé).



Povo Livre

ORGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: JOSÉ AUGUSTO SEABRA

VIAGENS NA NOSSA TERRA

A pedra de toque de uma política está nos seus efeitos mobilizadores, que em democracia são testados pela opinião pública e pela adesão do cidadão comum, do homem do povo, que é a fonte do poder legítimo. Querer substituir essa prova decisiva pela imagem refractada de interpostas personalidades, por mais respeitáveis que sejam, será um processo sofisticado de «política-espectáculo», com o seu charme aristocratizante, de resto nada discreto, mas não é propriamente um paradigma de modernidade, sobretudo por parte de quem tanto se reclama da Europa e por ela viaja, tendo até o seu quê de provincianismo, doença da nossa mentalidade que entre nós Fernando Pessoa escalpelizou e que é precisamente o contrário do espírito da gente civilizada da nossa terra, cujas viagens são outras.

Mais significativa é, sem dúvida, a espontaneidade das manifestações populares que, mesmo em época de labutas agrícolas e de férias piscatórias, para uns, ou de férias merecidas, para outros, têm acompanhado os actuais dirigentes sociais-democratas e o seu líder, Prof. Cavaco Silva, nos contactos não só com as bases partidárias mas com os Portugueses de todas as condições, que voltam as suas esperanças para o PSD. Desta vez foi, de novo, o povo do Centro e do Norte do País, do distrito de Aveiro aos de Braga e do Porto, que ocorreu entusiástico aos encontros, convívios e festas em que Cavaco Silva, numa maratona impressionante, resistindo ao calor e ao cansaço, dialogou com os militantes, simpatizantes e eleitores, muitos deles de outros partidos, interessados em ouvir a sua exposição acerca da situação do País e da saída para ela, feita sempre numa linguagem clara, directa, objectiva, compreensível pelo povo simples mas atento e inteligente.

Pudemos assistir, domingo passado, na Póvoa do Varzim, ao acto culminante desta viagem na nossa terra, num dos muitos aniversários com que as Comissões Concelhias e as secções do PSD estão a comemorar a sua fundação, já lá vão onze anos, nos tempos em que se dizia social-democrata era uma afirmação de coragem, de fé na Pátria, na Liberdade, na Democracia, na Justiça. Regresso às origens, sim, como temos salientado, mas simultaneamente renascença da confiança na nossa mensagem, agora que avançamos por rumo que aponta a porto seguro.

Entre gente do mar, que desde a nossa infância conhecemos bem, não admira que tenha sido a linguagem impressiva da vida dos pescadores a que tenha predominado, com o seu pitoresco sabor, que já António Nobre, entre outros, evocou. Em prosa rude e frontal ou em verso — não faltaram as quadras ao gosto popular, escritas e lidas por um militante afoito — foi dito o que havia a dizer, sem retórica fácil nem punhos de renda, mas em palavras autênticas, ora irónicas ora líricas, mas sempre profundas de sentido ou repassadas de sentimento.

Uma imagem poética veio à tona, a mostrar bem a sintonia entre o líder e as bases, e que pode ser sintetizada neste apelo, que é uma palavra de ordem: «Cavaco, salva o barco». Dir-se-ia que houve uma adopção, sufragada pelos militantes — o que muito nos honra — da comparação por nós aqui utilizada no «Povo Livre», quando da viragem também neste operada: a de que o nosso partido é como um barco, que necessita de ser orientado sem desvios pela bússola social-democrata, com um leme firme e com os remadores a remarem todos para o mesmo lado. Que o Prof. Cavaco Silva tenha glosado com originalidade o mesmo tema, eis a prova provada que a palavra de ordem pegou e pode ser utilizada com êxito na campanha eleitoral.

Mas se quem diz barco diz viagem, teremos, para não nos repetirmos, que mostrar que esta já não pode ser hoje mera nostalgia da viagem marítima, que historicamente nos marcou, mas também uma das viagens na nossa terra, que Garrett, Tejo acima, tão bem descreveu e celebrou. Repare-se bem: nem as viagens permanentes ao estrangeiro, típicas de um conhecido dirigente partidário, nem o sedentarismo burocrático de outro, seu substituto, as quais não são senão o verso e o reverso da mesma medalha, quer dizer, da mesma política, em que andar muito é afinal sinónimo de ficar no mesmo sítio...

Nós, sociais-democratas, viajamos na nossa terra — e não por interpostas pessoas. Isto é, viajamos com o nosso povo, com os seus sonhos e o seu imaginário, mas de pés bem fincados no chão, partilhando o seu trabalho e as suas festas, os seus sacrifícios e as suas esperanças, para construirmos juntos um Portugal novo.

J.A.S.

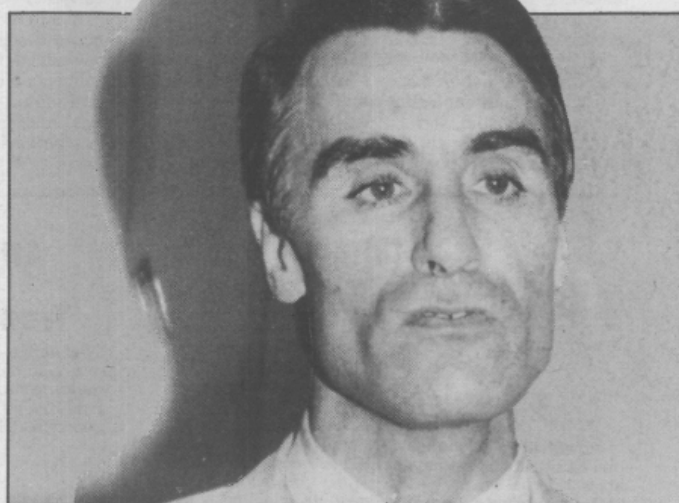
Cavaco Silva em Aveiro

A ESCOLHA NAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES É ENTRE O CONSERVADORISMO SOCIALISTA E O PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO

O presidente da Comissão Política Nacional, Cavaco Silva, aproveitou o fim de semana para uma digressão a diversos concelhos do Norte do País, a fim de contactar com os nossos militantes, entre eles autarcas do Distrito de Aveiro, tendo sido alvo de inequívocas manifestações de apreço pela acção que vem desenvolvendo.

Em Aveiro, falando no final de uma reunião de autarcas do distrito, Cavaco Silva afirmou que o PSD aceitará discutir a seu tempo e não por imposição de outras forças partidárias a possibilidade de elaboração de listas conjuntas com o CDS para as eleições legislativas, tendo acrescentado que «o PSD está disponível para a elaboração dessas listas conjuntas com o CDS desde que indique o primeiro-ministro e

Continua na pág. 3



Cavaco Silva quando falava a militantes

ELEIÇÕES EM PAÇO

VITÓRIA DO PSD COM MAIORIA ABSOLUTA

O PSD venceu com maioria absoluta de votos a eleição para a Assembleia de Freguesia, realizada no passado domingo, 21-7-85.

A anterior Presidência da Junta cabia ao PS, tendo-se registado a demissão colectiva dos membros da Assembleia na sequência de acusações de desvio de fundos da Junta, imputados ao seu ex-presidente. Este incidente veio mesmo trazer ao PS a inibição para a apresentação de uma lista concernente a este acto eleitoral.

Os resultados desta consulta eleitoral foram os seguintes:

Eleitores	745	
Votantes	362	
PSD	227	Votos 62,70% (6 mandatos)
APU	80	Votos 22,09% (2 mandatos)
CDS	33	Votos 9,11% (1 mandatos)
Nulos	18	
Branco	4	

AGRACIADO COM A ORDEM DA LIBERDADE O SOCIAL-DEMOCRATA ARTUR ANDRADE

(NA PÁG. 11)

CONVOCATÓRIA VII CONSELHO NACIONAL

Ao abrigo do disposto do n.º 1 do art. 26.º dos Estatutos, convoco o Conselho Nacional para reunir no dia 27 e 28 de Julho, com início às 10 horas no Clube Residencial da Boavista no Porto, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Aprovação das listas de candidaturas à Assembleia da República apresentadas pela Comissão Política Nacional (alínea f) — do n.º 2 do art. 24.º dos Estatutos.
- 2 — Análise da situação política na perspectiva das próximas Eleições Legislativas.

Lisboa, 15 de Julho de 1985

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO
Francisco Pinto Balsemão

A Comissão Política Nacional deliberou não propor à Mesa do Conselho Nacional a assistência de observadores ao mesmo.



O investimento inteligente

Jaime Quesado (*)

Portugal precisa de voltar a apostar no Investimento. O Investimento é a chave central para uma Nova Agenda de Crescimento. Mas tem que ser um Novo Investimento. Os tempos mudaram e o paradigma hoje impõe a aposta no reforço de Clusters com Empresas Locais, aposta na Inovação e Desenvolvimento, formação qualificada de muitas pessoas. Vivem-se tempos de profunda crise internacional e no contexto da intensa competição entre regiões e mercados a urgência de um sentido estratégico mais do que se impõe. A manutenção e captação de Investimento é fundamental para o sucesso económico do país. Por isso vai ser preciso apostar em novas Plataformas Abertas de Dinamização de Redes Globais geradoras de valor.

O Novo Investimento não é só a plataforma de desenvolvimento económico do país mas é também a base de uma nova aposta na inovação e criatividade, nas competências, nos talentos e novas oportunidades. A dinamização da criação de valor e reforço da inovação tecnológica terá muito a ganhar com este Novo Investimento. Por isso, em tempos de crise e de aposta num novo Paradigma para o futuro, o Novo Investimento deve constituir o verdadeiro centro de uma convergência estratégica entre o Estado, a Empresa e todos os que se relacionam com a sua dinâmica. O Novo Investimento tem que se assumir como a referência da aposta num novo Modelo de Desenvolvimento Estratégico para o país.

O Novo Investimento desempenha um papel de alavancagem da mudança único. Portugal precisa de forma clara de conseguir entrar com sucesso no roteiro do Investimento de Inovação associado à captação de Empresas e Centros de I&D identificados com os sectores mais dinâmicos da economia – Tecnologias de Informação e Comunicação, Biotecnologia, Automóvel e Aeronáutica, entre outros. Trata-se duma abordagem distinta, protagonizada por “redes activas” de actuação nos mercados globais envolvendo os principais protagonistas sectoriais (Empresas Líderes, Universidades, Centros I&D), cabendo às agências públicas um papel importante de contextualização das condições de sucesso de abordagem dos clientes.

Por isso importa que os actores envolvidos neste processo de construção de valor percebam o alcance destas apostas estratégicas. Não se pode querer mobilizar a região e o país para um novo paradigma de desenvolvimento, centrado numa maior equidade social e coesão territorial, sem partilhar soluções estratégicas de compromisso colaborativo. O exemplo do IDE passa por isso. Por perceber que a aposta em Projectos Estratégicos como os Clusters de Inovação e os Pólos de Competitividades são caminhos que não se podem adiar mais. A guerra global pelo valor e pelos talentos está aí e quem não estiver na linha da frente não terá possibilidades de sobrevivência. É essa a base deste Novo Investimento que mais do que nunca é de facto a Chave para o Crescimento da Economia Nacional.

(*) Administrador do Instituto Francisco Sá Carneiro

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção

Terça-feira até 12h00

Para: Fax: 21 3973168

email: convocatorias@psd.pt



ALFÂNDEGA DA FÉ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Alfândega da Fé, para reunir no próximo dia 31 de Janeiro de 2015, (sábado) pelas 16h00 na Junta de Freguesia de Alfândega da Fé, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Eleição dos órgãos da Secção

- a) - Mesa da Assembleia de Secção
- b) - Comissão Política da Secção

Notas:

- As listas de candidatos, devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente a possa substituir, até as 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral,
- As urnas estarão abertas das 16h00 às 19h00.

CABECEIRAS DE BAIXO ALTERAÇÃO DE DATA E LOCAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Cabeceiras de Basto para reunir no próximo dia 06 de Dezembro de 2014, (sábado), pelas 21h00, na Casa do Povo do Arco de Baulhe, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

- 1 - Apresentação do plano estratégico 2014-2018
- 2 - Outros assuntos.

MAÇÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Mação, para reunir no próximo dia 29 de Dezembro de 2014, (segunda-feira) pelas 20h30 na sede sita no Largo dos Bombeiros Voluntários, nº 8-A, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Eleição Mesa da Assembleia de Secção e Comissão Política da Secção

Notas:

- As listas de candidatos, devem ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente a possa substituir, até as 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral,
- As urnas estarão abertas das 20h30 às 23h00.

FARO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Faro, para reunir no próximo dia 29 de Novembro de 2014, (sábado) pelas 15h00 na nova sede sita na Rua Baptista Lopes, 21-1º, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 – Análise da situação política
- 2 – Sede do PSD/Faro
- 3 – Outros assuntos

FARO / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Faro, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 15 de Dezembro de 2014, (segunda-feira) pelas 21h00 na sede do PSD de Loulé, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 1 - Loulé, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 – Informações e análise da situação política
- 2 – Ratificação das contas do PSD do distrito de Faro, relativas ao exercício de 2013, conforme alínea c) do artigo 39º dos Estatutos do Partido
- 3 – Outros assuntos

NÚCLEO DO ALTO DO CONCELHO / GONDOMAR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo do Alto do Concelho – Gondomar (União de Freguesias de

Melres e Medas, Junta de Freguesia de Lomba), para reunir no próximo dia 09 de Janeiro de 2015, (sexta-feira) pelas 20h00, na sede sita na Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

Ponto Único - Eleição da Comissão Política de Núcleo

Notas:

- As listas de candidatos, deverão ser entregues, ao Presidente da Comissão Política de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até as 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral,
- As urnas estarão abertas das 20h00 às 22h00

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Oeiras, para reunir no próximo dia 04 de Dezembro de 2014 (quinta-feira) pelas 21h00 no Auditório dos Bombeiros Voluntário de Barcarena, sito na Travessa Maestro Alípio Seco, com a seguinte

Ordem de Trabalhos

- 1 – Informações
- 2 – Apresentação, discussão e votação do orçamento para 2015
- 2 – Análise da situação política

PONTE DE LIMA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Ponte de Lima, para reunir no próximo dia 06 de Dezembro de 2014, (sábado) pelas 17h00 na sede, sita no Largo Dr. Vieira de Araújo, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 – Informações gerais da Comissão Política
- 2 – Análise da situação política nacional e local
- 3 – Outras informações

SINTRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Sintra, para reunir no próximo dia 05 de Dezembro de 2014, (sexta-feira) pelas 21h00 na sede, sita na Rua Mário Costa Ferreira Lima, nº 7 – Portela de Sintra, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

- 1 – Apresentação e votação do orçamento e plano de actividades para o ano de 2015
- 2 - Informações

TORRES VEDRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Torres Vedras, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 13 de Dezembro de 2014, (sábado) pelas 15h30 na sede distrital, sita na Rua 9 de Abril, nº 1 – 3º, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 – Informações

2 – Análise da situação política nacional e local

3 – Outras informações

VILA FLOR

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Vila Flor para reunir no próximo dia 10 de Janeiro de 2015, (sábado) pelas 14h00 na sede, sita na Rua da Fonte Romana, nº 10, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos:

Ponto único – Eleição dos órgãos da Secção

a) - Mesa da Assembleia de Secção

b) - Comissão Política da Secção

Notas:

- As listas de candidatos, devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política Distrital, ou a quem estatutariamente a possa substituir, até as 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral,

- As urnas estarão abertas das 14h00 às 17h00.

ISEU

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Viseu, para reunir no próximo dia 04 de Dezembro de 2014, (quinta-feira) pelas 21h00 no Solar dos Peixotos (Edifício da Assembleia Municipal de Viseu), com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

1 – Sessão evocativa em memória do Dr. Francisco Sá Carneiro

2 – Análise da actividade política

VIZELA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia da Secção de Vizela para reunir no próximo dia 10 de Janeiro de 2015 (sábado), pelas 16h00 na sede, com a seguinte

Ordem de trabalhos

Ponto Único - Eleição da Mesa da Assembleia de Secção e da Comissão Política de Secção

Notas.

- As listas candidatas, devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24h00 horas do terceiro dia anterior ao do ato eleitoral.

- As urnas estarão abertas das 16h00 às 19h00

